CUNHÃ: VIDA E FEMINISMO NA PARAÍBA (1990-2000)

Dayane Nascimento Sobreira¹

RESUMO

O Estado da Paraíba apresenta uma longa trajetória no que tange às lutas de mulheres, estas que durante muitos verões estiveram ausentes da escrita da história. Mulheres como Elizabeth Teixeira, por exemplo, estiveram presentes na história vivida plantando sementes do feminismo muito antes da década de 1970 (CUNHÃ, 1994). Nesse sentido, visibilizando o protagonismo feminino e o histórico de lutas no Estado, enveredamos por desenhar uma história da Cunhã Coletivo Feminista, ONG fundada em 1990 na cidade de João Pessoa/PB. Pensaremos a emergência e articulação do grupo por meio de projetos institucionais e da história oral, o vendo como mecanismo agenciador de espaços heterotópicos de atuação (RAGO, 2014). Veremos a elaboração de novas práticas de subjetivação e a consolidação do feminismo institucionalizado que se instrumentalizou na realização do XIII Encontro Nacional Feminista em João Pessoa, no ano de 2000.

Palavras-chave: História; Feminismo; Cunhã Coletivo Feminista.

A Cunhã Coletivo Feminista surgiu em um contexto de pulverização de organizações não-governamentais no país, atuando na construção de redes de solidariedade, reinvidicando direitos de cidadania e políticas públicas, sendo portanto, uma importante agente de democratização. Seria a Cunhã uma “ONG cidadã” na leitura de Gohn (apud MACHADO, 2012). Trabalhando atualmente sob quatro eixos: *Direitos Sexuais e Reprodutivos, Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Fortalecimento do Movimento de Mulheres e Trabalho e Autonomia das Mulheres*, atua sob os mais diversos setores da sociedade, realizando desde mobilizações até formações e intervenções, além de contar com um polo de atuação na mesorregião do Cariri. Assumidamente feminista, articula-se com diferentes organizações, promovendo ações e projetos para diferentes setores de exclusão social, característica fulcral em toda sua história. Do trabalho com educadorxs populares, normalistas, prostitutas e adolescentes em situação de risco, o coletivo foi ganhando espaço e estrutura, legitimidade e reconhecimento.

Cunhã, do tupi: *mulher*, sendo também a denominação nativa de uma flor conhecida cientificamente por *Clitoria fairchildiana*, foi o nome escolhido para a entidade que logo surgiu como confluência de grupos feministas anteriores. Tendo como sociofundadoras: Ana Adelaide Tavares, Gilberta Santos Soares, Lúcia Maria Temóteo, Rosa Maria Nader, Sandra Maria Craveiro e Soraia Jordão Almeida, logo sistematizou seminários e encontros, promoveu feiras e campanhas educativas voltadas a temas como sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Seguindo o fluxo da memória de Soraia Jordão Almeida, uma das fundadoras e atual secretária executiva da ONG:

Depois de uma reunião do Lilás, que foi na minha casa, casa de estudante a gente tudo no chão, tinha só almofada, ficamos na porta de casa conversando eu, Lucinha, Sandra, Ana Adelaide, Rosa e dissemos: “Por que a gente não continua discutindo, nós que estamos aqui?” e continuamos, fizemos um projeto e foi aprovado pela Oxford em Recife. Aí tinha que ter um nome porque ainda éramos grupo de mulheres.(...) A gente fez esse primeiro projeto, eu até fiz o orçamento, eu até me lembro, quem escreveu mesmo foi Sandra e Lucinha. Mandamos, foi aprovado. Quando foi onze de dezembro de 1990 alugamos a casa, fizemos eu e Gilberta, essa coisa de procurar casa, fazer o CNPJ, começamos os trabalhos na casa de Sandra

¹ Graduada em História pela UEPB, mestranda em História pela UFPB. E-mail: dayanesobreira26@gmail.com.

porque não tinha sede, passamos seis meses nas casas das meninas, se reunindo lá, fizemos a metodologia feminista entre nós mesmas (SORAIA JORDÃO, 2015).

Como consta em sua ata de fundação, o processo de formação da organização, foi iniciado em 1989. Nesse momento, o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Maria Mulher já estavam em processo de dissolução, motivado principalmente pela saída de algumas de suas integrantes das cidades de Campina Grande e João Pessoa, respectivamente. O Grupo Raízes continuou existindo até o ano de 1991, sob coordenação de Vilma Vaz, que nesse ano, também se mudou para a capital, como fizeram Gilberta Soares e Soraia Jordão. Essas que se mudaram visando concluir suas formações na área de Psicologia Social. Outras como Angela Arruda e Eleonora Menicucci saíram da Paraíba na transição dos anos 1980/90, indo para o Sudeste do país para realizarem seus cursos de doutoramento. Nesse interregno, na UFPB Gilberta trabalhava com grupos de educação popular e Soraia como extensionista da professora Rosa Maria Nader no projeto Mulher e Favela, que atuava em parceria com setores da Igreja progressista em comunidades da periferia da Grande João Pessoa.

Da junção de tais conexões, emergiu a proposta de fundação do Coletivo Lilás sob coordenação de Eleonora Menicucci inspirada no modelo de atendimento ginecológico do Coletivo Sexualidade e Saúde de São Paulo, no qual foi integrante no período de seu doutorado. A ideia era que o coletivo se estabelecesse na cidade de João Pessoa sob o viés do atendimento à saúde sexual e reprodutiva. Pela variedade de tendências de suas integrantes, o coletivo não se efetivou mas constituiu os primeiros passos do que viria ser a Cunhã Coletivo Feminista que herdou inclusive o forte trabalho na vertente da saúde das mulheres. Eleonora Menicucci migrou para São Paulo onde ajudou a criar a Rede Nacional Feminista de Saúde, aprofundando suas pesquisas na área da Enfermagem e da Medicina. Estava articulada a malha que deu início à Cunhã, no ano de 1990.

Segundo o projeto de implantação da área de metodologia da instituição (1991a), da primeira reunião até a inauguração da sede então localizada na Rua Rodrigues de Aquino no centro da cidade de João Pessoa, a Cunhã desenvolveu atividades como encontros com o Grupo Raízes, SOS Corpo e Coletivo Mulher Vida (ambos de Recife) visando a troca de conhecimentos, experiências e informações, realizaram treinamento em metodologias de trabalho no SOS Corpo e no Coletivo Saúde e Sexualidade de São Paulo, participaram como alunas especiais da disciplina “Sexo e relações de gênero” ministrada pela professora Lourdes Bandeira na UFPB e do V Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, realizado na Argentina. Do contato com outros grupos, organizou o Encontro Norte/Nordeste sobre violência doméstica e sexual em conjunto com o Coletivo Mulher Vida, de Olinda-PE no período de 03 a 05 de maio de 1991, em Pitimbu-PB. Suas integrantes também participaram de debates, realizaram trabalhos nas escolas normais de João Pessoa, prestaram assessoria ao grupo Mulher e Favela na UFPB, além de terem realizado estudos e produzido materiais teóricos ligados às questões de gênero. Foi essa uma fase de treinamentos e planejamentos essenciais à consolidação dos eixos temáticos do coletivo.

Organizando-se por meio da elaboração de projetos e busca por financiamentos, a Cunhã foi se estruturando e efetivando atuações e participações em eventos e setores da sociedade civil. Frequentando ativamente os encontros feministas, em 1991 participou do XI Encontro Nacional Feminista realizado em Caldas Novas/GO, já como organização. Os encontros feministas eram espaços de subjetivação, de elaboração de subjetividades que escapam ao controle biopolítico, à gestão calculada da vida. Indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, a biopolítica garantiu dominação e a centralidade no corpo-espécie, nos processos biológicos, cuja função era o investimento no corpo vivo, em sua valorização e gestão. Um poder de causar a morte ou deixar viver – o poder soberano – fora substituído pelo poder de causar a vida ou devolver a morte (FOUCAULT, 2014). Esses encontros permitiram, portanto, a vibração de individualidades, de distanciamento de modelos

ditados para o que se entendia como ser mulher, mãe, filha, esposa, namorada, etc. Como disse Guattari e Rolnik (1996), a sociedade capitalística pressupõe o controle e a exímia necessidade de referenciação, nesse meio, contudo, a vida escapa e “traz imensas possibilidades de desvio e reapropriação” (Idem, p. 45).

Organizada por eixos como o núcleo de metodologia e o núcleo de comunicação, a Cunhã realizou oficinas, prestou assessorias, confeccionou materiais, suporte para as formações. Estelizabeth Bezerra, Estela como é mais conhecida, atuava registrando e documentando as atividades desenvolvidas ao mesmo tempo que elaborava instrumentos audiovisuais, que eram um dos instrumentos pedagógicos da instituição. Como relata, logo entendeu-se que a comunicação era um braço político do grupo. Realizando intercâmbios e trocas de materiais com outros grupos, engendrou oficinas exclusivas sobre comunicação, a fim de instigar a fala pública das mulheres. Não era fácil ser feminista nos idos da década de 1990. “Ser feminista era quase uma doença, uma patologia”, comentou Estela Bezerra (2015), falando das dificuldades enfrentadas no trato com temas “malditos” e na boa convivência com o meio. Como parresiasta: “Eu adorava dizer que era feminista, eu gostava de chocar mesmo”. Exercendo a coragem da verdade em situação de risco (GROS, 2004) entendendo-se que ser feminista não era bem visto – sapatão, mal-amada, suja –, fala que o feminismo é a tocha que ilumina seu caminho e que mantém acesa a esperança por dias melhores.

Gilberta Soares lembra da dimensão conflituosa entre a cultura vigente e as posturas libertárias assumidas por elas, as feministas. Lembra desse como um momento difícil mas também alegre, com cumplicidade às rebeldias, descobertas e vontade de mudar o mundo. A duras penas conseguiram abrir espaço em suas casas, com a família, rompendo padrões instituídos. Sobre os diferentes olhares das pessoas sob ela(s) comenta:

Acho que era um olhar de estranhamento, as roupas eram diferentes... Eu não era hippie mas as pessoas associavam ao estilo e naquele momento ainda era muito próximo, final da década de 80, então tinha uma proximidade com o movimento hippie. As roupas, próxima de um estilo mais alternativo, o cabelo, na época eu tinha um cabelo bem grande e bem mais cacheado então tinha um costume de alisamento inclusive na minha família todas as mulheres faziam aquela touca porque tem uma descendência negra do meu avô, não tinha chapinha antigamente, e ninguém tinha o cabelo estirado, eu deixei de fazer e meu cabelo era bem grande, bem encaracolado, teve uma época inclusive que me colocaram o apelido de Elba, uma amiga inclusive me chama até hoje, que foi justamente na época em que ela lançou o primeiro disco. Aí tinha a coisa do estranhamento com a roupa, com o cabelo, com o jeito de vestir e também com essa coisa de ter mais livre trânsito que isso aí foi a maior dificuldade para mim (GILBERTA SOARES, 2015).

Foram muitas as lutas e também muitas as celebrações. Gilberta ainda conta-nos da sua formação disciplinar, de não integração entre corpo e mente, razão e emoção, que entrou em choque a partir do contato com o feminismo, que permitiu tal conexão. Novas subjetividades engendradas pelos feminismos que também alcançaram as vidas de feministas históricas como Tania Navarro Swain, Norma de Abreu Telles, Maria Lygia Quartim de Moraes, Ivone Gebara, Gabriela Leite, Crimeia Schmidt de Almeida e Amelinha de Almeida Teles, como trabalha a historiadora Margareth Rago (2013) no livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Inserindo-se nesse rol de subjetividades moldadas a partir do contato com o feminismo, a autora propõe refletir sobre experiências intensas de construção de modos de agir e existir em prol da autonomia feminina, abrindo novas possibilidades de ser e de estar no mundo. Estar-sendo potencialmente marcado por críticas aos modelos tradicionais de produção de subjetividades e propulsão de outros (RAGO, 2013). Como máquinas de guerra, fluxos de intensidade que escapam às formas de capturas e reterritorializações (Deleuze e Guattari apud RAGO, 2013),

as feministas elaboraram outros mundos possíveis, cavando espaços no cotidiano e nas relações com a comunidade, na Universidade, com a família e consigo mesmas.

Nessa constante reelaboração de si, as atividades da Cunhã Coletivo Feminista se alargavam, esta que se mantinha com a identidade feminista já presente em seu nome. História que foi plantada até antes da década de 1970 por mulheres como Anayde Beiriz e Elizabeth Teixeira e cujos ecos refletia no feminismo que crescia e completava vinte anos de lutas na Paraíba. No ano de 1995, ano em que a ONU realizava a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, a Cunhã em parceria com outros grupos como o Centro da Mulher 8 de Março e o Grupo de Trabalho Relações de Gênero da SEAMPO – Serviço de Assessoria do Movimento Popular – organizou o Encontro Estadual Beijing-95: Movimento de Mulheres – 20 anos de história, visando visibilizar os grupos de mulheres existentes no Estado da Paraíba e articular a ida para Pequim, sede da conferência, a partir da organização de comissões.

Com cinco anos de história, a Cunhã ganhou ampla visibilidade a partir do eixo de saúde e trabalhos diretos junto à mídia local. Estava iniciado um período de pesquisas que antecederam o trabalho para implantação do aborto previsto em lei, na cidade de João Pessoa e a campanha *Ninguém Engravidada Sozinha*, iniciada em 1996 e que congregou várias atividades, ações, discussões e mapeamentos ao redor dos eixos: educação sexual, aborto, saúde das mulheres e outros temas transversais. Com apoio da UNICEF, era iniciado também um trabalho com meninxs em situação de rua. Com respeito conquistado perante as organizações emergentes, o coletivo despontava com necessidades pontuais como o alargamento da equipe e a demanda por funcionárixs do setor administrativo que lidassem com o gerenciamento da instituição. Tais necessidades, pontuadas em projeto de 1996 enviado à *The Global Fund for Women*, revelavam a crescente expansão das ações do coletivo e seu amadurecimento. Ednalva Bezerra, falecida em 2007, logo deixaria a instituição para assumir a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT no ano de 1997. Também deixava o coletivo, Socorro Oliveira que hoje faz parte do conselho fiscal da Cunhã. Aos poucos se agregariam ao coletivo: Josana Vital, Maria Lúcia de Oliveira, Kátia Félix, Cristiane Freire, Anadilza Paiva, Lúcia Lira e Cristina Lima, algumas que ainda hoje fazem parte do quadro permanente da organização.

Iniciou-se um trabalho com educadorxs populares visando explicitar as diferenças de gênero e as violências sofridas pelas meninas na rua. Com parceria da UNICEF, logo se articulou contatos com a Casa Pequeno Davi e a Pastoral do Menor, trilhando formações com educadorxs que estavam em organizações de crianças e adolescentes. Além do trabalho com xs próprixs adolescentes em articulações com grupos como a Casa da Menina de Bayeux e Beira da Linha. As oficinas de formação contavam com o uso de técnicas como “linha da vida”, “qual a cor da minha sexualidade?”, “perguntas indiscretas”, capacitando educadorxs para perceberem diferenças de gênero que perpassavam suas vivências subjetivas e no campo da educação popular.

A Cunhã foi responsável por encabeçar a comissão pró-implantação do serviço de aborto legal na Maternidade Frei Damião em João Pessoa. Por aborto legal leia-se casos de gravidez resultante de estupro e/ou com risco de vida para a mãe². A garantia desse direito data de 1940. Paradoxalmente, apenas São Paulo garantia a eficiência desse que é o Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual. Em 1998, contudo, a Paraíba foi o segundo Estado do Nordeste e o sétimo Estado do Brasil a efetivá-lo. Reunindo aliadxs como parlamentares, profissionais da área de saúde, representantes de universidades, sindicatos e organizações criou-se um ambiente favorável à decisão positiva do então secretário de saúde frente à proposta (SOARES, 2000).

² Em 12 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal autorizou que a interrupção da gravidez em caso de fetos anencéfalos ou antecipação terapêutica do parto não constitui crime de aborto, tipificado nos artigos 124,126 e 128, incisos I e II do Código Penal.

Temas tabus de forte enraizamento em uma cultura marcadamente misógina, temas “malditos” como lembra Estela Bezerra (2015), eram os trabalhados pela Cunhã Coletivo Feminista e que visibilizados, provocavam as mais diferentes reações e críticas. “Fazíamos manifestações de defesa pública ao aborto e a gente fazia *outdoor*... Imagina um *outdoor* aparecendo na cidade: ‘Nenhuma mulher deve ser presa, ficar doente ou morrer por abortar’?!”.

A memória, entendida por Gondar (2008) como um instrumento de luta contra o tempo humano e de manutenção das identidades contra a força do devir, assim como o esquecimento, são atos sociais e históricos, que se reconstroem, elaborando *performances*. Memória que traz em si o bulinar de emoções e de camadas de histórias vividas. Em entrevista, Soraia Jordão apontou o ato de lembrar como um momento de reviver experiências e se construir. Momento de dor mas também de alegrias. Recordou Ednalva Bezerra³, de afetos que potencializaram e potencializam sua coragem de existir e militar. Fez um balanço de suas experiências, afirmou a força da palavra e da escrita de si. Como Margareth Rago, “focalizo, esses relatos autobiográficos como ‘escritas de si’, na chave aberta por Foucault (1994), como aberturas para o outro, como espaços intersubjetivos em que se buscam a constituição de subjetividades éticas e a transformação social” (RAGO, 2011, p. 252). Relatos de si captados através da história oral.

Representando a seção estadual da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, fundada em 1991, a Cunhã Coletivo Feminista consolidou suas atividades nessa seara, lançando com apoio da Fundação McArthur a campanha *Ninguém Engravida Sozinho*, no final do ano de 1996. Projeto ambicioso cujo tema central foi a gravidez indesejada, contou com quatro ondas, desdobrando-se em várias atividades que permitiram a consolidação e visibilização do coletivo, em articulação direta com usuárias dos serviços de saúde, profissionais da área, e a mídia. Do desenvolvimento de pesquisa com essxs profissionais e usuárias de postos de saúde da capital João Pessoa e do trabalho com educadorxs e meninos e meninas em situação de rua e as doenças sexualmente transmissíveis, conseguiu apoio também da Fundação Ford e IWHC, em uma proposta ousada como disse Gilberta Soares (2015) e que reuniu estratégias políticas, de mobilização e *advocacy*, que através da sensibilização e argumentação visava a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à área da saúde sexual e reprodutiva e mudanças de valores e práticas sociais.

A campanha envolvia a parte de comunicação através da ocupação dos espaços de mídia, panfletagem, peças publicitárias, *outdoors*, *outbus*, eventos de lançamento, entrevistas, a parte educativa com a realização de oficinas, feiras de saúde, atividades em escolas e com outros grupos de trabalho como os de educadorxs populares e adolescentes e de incidência política, pela ocupação dos espaços de *advocacy*⁴. Divisor de águas pois gerador de estabilidade para o crescimento das propostas e atividades do coletivo, o projeto girava em torno de discussões sobre planejamento familiar e contracepção visando conscientizar as pessoas no que diz respeito à sexualidade, evitando gravidez indesejadas, além de temas como aborto, saúde da mulher, doenças sexualmente transmissíveis, englobando os direitos sexuais, reprodutivos mas também os direitos humanos de forma geral. Essa campanha projetou a

³ Ednalva Bezerra foi professora, sindicalista, feminista. Teve uma trajetória ímpar frente à Secretaria Nacional de Mulheres da CUT. Faleceu em 2007, vítima de uma infecção em decorrência de um quadro de meningite.

⁴ Segundo o IPEA, o termo *advocacy* refere-se à realização de processos de comunicação, reuniões entre forças de interesses que se engajam por uma causa. É um *lobby* realizado entre setores ou personagens influentes na sociedade e que pode ter diferentes vertentes como social, ambiental ou cultural. Pode incluir inúmeras atividades, tais como campanhas por meio da imprensa, promoção de eventos públicos, comissionamento e publicação de estudos, pesquisas e documentos, com o intento de influir na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos.

instituição, tendo sido veiculada nos meios de comunicação tradicionais e também na emissora do Senado na TV aberta.

Paralelo ao tema do aborto, a morte materna também foi espaço de incidência do feminismo e da Cunhã Coletivo Feminista. Em 1998 foi criado o comitê de morte materna que objetivava monitorar esses casos de óbito no Estado com foco na criação de estratégias de controle social⁵, visando a garantia dos direitos reprodutivos, direitos sexuais e da saúde integral da mulher como política pública. Entendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da mesma, a mortalidade materna é um evento que atinge principalmente a mulher em desvantagem social, ou seja, pobre, negra, com baixo nível de escolaridade e renda não fixa (GARCIA [et al], 2008). As autoras perguntam: “afinal, que morte é essa que quase não sai no jornal, que não se vê na TV, nem se ouve no rádio?” (p. 04). Ainda segundo a OMS, uma morte materna ocorre a cada minuto no mundo. Dados preocupante que ceifam vidas e que representam um problema de saúde pública.

Espaços de trocas e diálogos, como já mencionados, os encontros nacionais feministas emergiram conexos à segunda onda do movimento no Brasil. O último, realizado em João Pessoa/PB, foi organizado pela Cunhã Coletivo Feminista e outras entidades feministas da cidade. Evoca-se a dimensão ousada de tal propositura: “Éramos cheias de energia, muito jovens e muito atrevidas”, disse Estela Bezerra (2015). Tendo como tema os 500 anos do descobrimento (dominação), o eixo principal de discussões foi “as mulheres e a construção da identidade do país”, temática que se fazia sentir nas mesas-redondas e atividades culturais desenvolvidas. Realizado em abril de 2000 no Hotel Tambaú, o XIII Encontro Nacional Feminista apontou também divergências, através do questionamento da legitimidade da comissão, crítica feita pelas mulheres negras. Além disso, veio à tona questões caras ao feminismo de ontem e de hoje, que é a participação ou não dos homens dentro do movimento.

Contando com mais de 800 mulheres, das mesas-redondas participaram feministas históricas cujos textos saíram em anais. Das atrações culturais, priorizou-se mulheres e as raízes culturais locais: Lia de Itamaracá, Soledade e Minervina... que também se apresentaram para a rádio interna que foi montada com apoio da Rede de Mulheres Comunicadoras Comunitárias da Paraíba⁶. Soraia Jordão (2015) assim pondera: “o encontro deu uma mexida na Cunhã muito grande, foi um *boom* tanto positivo quanto de desafios”. Momento enriquecedor que colaborou com a visibilização do coletivo frente ao cenário nacional, a realização do XIII Encontro Nacional Feminista marcou também a comemoração dos 10 anos da instituição.

Algumas campanhas e atividades realizadas pela Cunhã representaram uma reunião de forças, congregando os eixos de *educação, comunicação e saúde e sexualidade*. Uma dessas campanhas foi a já citada *Ninguém Engravida Sozinho* que representou um grande investimento de forças e divulgação frente aos diferentes meios de comunicação e espaços. Anunciada em *outdoors* pela cidade de João Pessoa, em escolas por meio de palestras, em praças por meio de mobilizações, nas chamadas feiras de saúde, a campanha girava em torno de discussões sobre planejamento familiar e contracepção visando conscientizar as pessoas no que diz respeito à sexualidade e acerca de temas como gravidez e aborto. Foi um campanha longa, representando um período de expansão de suas atividades. Muitas as

⁵ Almeida (apud LIRA, 2012) define controle social como um campo onde se exercem estratégias e atos essencialmente políticos: a negociação entre partes para chegar a um resultado de consenso ou de unanimidade entre as partes e que beneficie uma coletividade, ou parte dela, o que constitui ações políticas de grande complexidade.

⁶ Criada em 1999 por mulheres que atuavam no movimento pela democratização da comunicação e por radialistas comunitárias, a rede é formada por jornalistas e radialistas com atuação no movimento popular e por lideranças comunitárias com interesse nas discussões de gênero e rádio.

responsabilidades... A organização de um encontro nacional legitimou um ciclo marcado por emergência e amadurecimento do coletivo. Para isso, somaram-se afetos, alegrias, escapes. Foi preciso coragem, falar a verdade em situações de risco, como disse Foucault referindo-se aos cínicos, fazer germinar a semente do feminismo que havia sido plantado nos idos da década de 1970. E germinou. Foram muitas as articulações, as trocas, as redes e a instauração de cuidados ao longo da trajetória do coletivo e das potências de vida a ele ligadas.

FONTES

Ata de fundação da Cunhã Coletivo Feminista, 1990.

Projeto de Implantação da Área de Metodologia da Cunhã Coletivo Feminista, 1991a.

Projeto Encontro Estadual de Mulheres: duas décadas, uma história, 1994.

SOARES, Gilberta Santos. Um breve olhar sobre os Programas de Atenção à Violência Sexual: a experiência da Paraíba. **Jornal da Rede Saúde**. n. 22, novembro de 2000.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Estelizabeth Bezerra de Souza**. Entrevista concedida à autora em 17 de outubro e 08 de dezembro (1h e 59min).

_____. **Gilberta Santos Soares**. Entrevista concedida à autora em 23 de novembro e 22 de dezembro de 2015 (2h e 35min).

_____. **Soraia Jordão Almeida**. Entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015 (1h e 43min).

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, Telma Ribeiro; SOUZA, Eulina H. Ramalho de; LOPES, Maria Goretti D. Morte materna e a política nacional. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 6, 2008.

GONDAR, Jô. Memória, tempo e história. In: Miguel Angel de Barrenechea (org). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petropolis: Vozes, 1996.

GROS, Frédéric. A parrehsia em Foucault (1982-1984). In: **Foucault – A coragem da verdade**. Philippe Artières... [et al]. (Orgs.). Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LIRA, Lúcia. Participação política e controle social: trilhas percorridas. In: _____. (org.). **Maternidade Materna: direitos violados, vidas roubadas**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

MACHADO, Aline Maria Batista. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. In: IX Seminário Nacional do HISTEDRB: História, sociedade e educação no Brasil, 9, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB. CD-ROM.

RAGO, Luzia Margareth. Escritas de si, parresia e feminismos. In: Guilherme Castelo Branco; Alfredo Veiga-Neto (orgs.). **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

_____. O feminismo acolhe Foucault. **Labrys – Revista de Estudos Feministas**, Brasília/Montreal/Paris, n. 26, 2014. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys26/foucault/margaok.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2015.